



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul 18ª**  
**Vara Cível do Foro Central da Comarca de Porto Alegre**

Rua Manoelito de Ornelas, 50 - Bairro: Praia de Belas - CEP: 90110230 - Fone: (51) 3210-6500 - Email: frpoacent18vciv@tjrs.jus.br

**PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL Nº 5056111-85.2022.8.21.0001/RS**

**AUTOR:** \_\_\_\_\_

**RÉU:** BANCO \_\_\_\_\_

**DESPACHO/DECISÃO**

Defiro o benefício da Justiça Gratuita.

**DA TUTELA DE URGÊNCIA**

O requerimento de tutela de urgência merece acolhimento, notadamente porque a demora no recebimento da citação e consequente espera na designação de audiência de conciliação não pode atuar em prejuízo à parte demandante. Ademais, ao exame dos documentos colacionados com a inicial, verifico que parte significativa da renda está comprometida com os descontos praticados pelos empréstimos concedidos pela parte demandada.

Assim, trata-se de pedido de tutela de urgência formulado nos autos de repactuação de dívidas sob o rito da Lei 14.181/21.

A probabilidade do afirmado direito decorre dos argumentos expostos pela parte autora que, em sede de cognição sumária, verificam-se coerentes, na medida em que a continuidade dos descontos vinculados à conta bancária e à renda, na proporção efetuada atualmente, prejudica a sua própria subsistência, porque correspondentes a mais de 30% da renda auferida.

Neste sentido, a parte reservada ao pagamento das despesas de subsistência encontra identificação na proteção do mínimo existencial, enquanto direito fundamental social de defesa originário do princípio da dignidade da pessoa humana, assegurado na Constituição Federal, art. 1º, inciso III; e no Código de Defesa do Consumidor, art. 6º, XII, *in verbis*:

*Art. 6º São direitos básicos do consumidor:*

*XII - a preservação do mínimo existencial, nos termos da regulamentação, na repactuação de dívidas e na concessão de*

*crédito; (Incluído pela Lei nº 14.181, de 2021)*

Como tal, o direito fundamental ao mínimo existencial independe de atuação legislativa, uma vez que revestido de eficácia imediata, consoante vasta doutrina de Ingo Wolfgang Sarlet.<sup>1</sup>

Na mesma linha de entendimento, situa-se a jurisprudência infra ao preservar a dignidade do consumidor mediante a limitação dos descontos ao percentual de 30% da renda líquida. Neste sentido:

*AGRAVO DE INSTRUMENTO. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER, CUMULADA COM PEDIDOS DE REVISÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS, ANTECIPAÇÃO DE TUTELA DE URGÊNCIA E EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. DESCONTOS DE EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS NA FOLHA DE PAGAMENTO E NÃO CONSIGNADOS NA CONTA-CORRENTE BANCÁRIA DO CONSUMIDOR SUPERENDIVIDADO. SITUAÇÃO DE SUPERENDIVIDAMENTO CARACTERIZADA. TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA DEFERIDA EM PARTE PELO JUÍZO A QUO, PARA ABRANGER OS EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS. IRRESIGNAÇÃO RECURSAL DO AUTOR DEVEDOR SUPERENDIVIDADO. APLICAÇÃO DA LEI FEDERAL Nº 14.181/2021 AO CASO CONCRETO. INCLUSÃO CONCERTADA DE DÉBITOS NÃO CONSIGNADOS DO DEVEDOR SUPERENDIVIDADO, A FIM DE PRESERVAR OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E DA GARANTIA DO MÍNIMO EXISTENCIAL À SOBREVIVÊNCIA DO CONSUMIDOR EM SITUAÇÃO DE SUPERENDIVIDAMENTO. RECURSO PROVIDO EM PARTE.*

*1. A PESSOA NATURAL SUPERENDIVIDADA É AQUELA CUJA RENDA MENSAL ESTÁ SEVERAMENTE COMPROMETIDA, A PONTO DE PERDER A CAPACIDADE DE PAGAR AS SUAS DÍVIDAS, COLOCANDO EM RISCO A SUA PRÓPRIA SUBSISTÊNCIA. 2. EMBORA ADMITIDO O LANÇAMENTO A DÉBITO DIRETO EM CONTA-CORRENTE DO DEVEDOR SUPERENDIVIDADO, A JURISPRUDÊNCIA DO STJ E DO TJRS SINALIZAM A NECESSIDADE DE PRESERVAÇÃO DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E DA GARANTIA DO MÍNIMO EXISTENCIAL DO DEVEDOR SUPERENDIVIDADO À SUA SUBSISTÊNCIA PRÓPRIA. 3. CASO CONCRETO EM QUE OS DESCONTOS DE EMPRÉSTIMOS MENSAIS NÃO CONSIGNADOS LANÇADOS NA CONTA-CORRENTE DO SERVIDOR PÚBLICO MILITAR ESTADUAL SUPERENDIVIDADO CONSOMEM TODA A SUA REMUNERAÇÃO MENSAL LÍQUIDA, COMPROMETENDO A SUA DIGNIDADE E SUBSISTÊNCIA PESSOAL E VEDANDO-LHE O ACESSO A VALORES INDISPENSÁVEIS À SUA SOBREVIVÊNCIA. LIMITAÇÃO DOS LANÇAMENTOS A DÉBITO DIRETO DE EMPRÉSTIMOS NÃO CONSIGNADOS NA CONTA-CORRENTE DO AUTOR-AGRAVANTE A 30% DA SUA REMUNERAÇÃO MENSAL LÍQUIDA. MANUTENÇÃO DA DECISÃO RECORRIDA, COM AMPLIAÇÃO DOS SEUS EFEITOS PARA OS DÉBITOS (NÃO CONSIGNADOS). 4. NESTA MOLDURA, A FARTA PROVA*

DOCUMENTAL PRODUZIDA NO CADERNO  
RECURSAL

INTEGRADO EVIDENCIA A SITUAÇÃO  
DE SUPERENDIVIDAMENTO DO AGRAVANTE, CONFERINDO  
PROBABILIDADE AO FUMUS BONIS JURIS E AO PERICULUM IN  
MORA, COM PERIGO DE DANO DE DIFÍCIL REPARAÇÃO E  
RISCO AO RESULTADO ÚTIL DO PROCESSO DE ORIGEM, NAS  
ALEGAÇÕES DEDUZIDAS NO PROCESSO DE ORIGEM E NESTE  
RECURSO, QUE DEMONSTRAM, À SACIEDADE, OS DESCONTOS  
OPERADOS NA SUA CONTA-CORRENTE E COLOCAM EM RISCO  
A SUA DIGNIDADE, SUBSISTÊNCIA E MANUTENÇÃO DO  
**MÍNIMO EXISTENCIAL** GARANTIDOS NÃO SÓ PELAS  
CLÁUSULAS GERAIS DE TUTELA DO CÓDIGO DE DEFESA DO  
CONSUMIDOR, MAS, TAMBÉM, E MUITO ESPECIALMENTE,  
COM ALTERAÇÕES QUE LHE

INTRODUZIRAM A LEI FEDERAL Nº 14.181/2021, DE 01/07/2021  
(DOU DE 02/07/2021). 5. NO CASO CONCRETO E NO  
JULGAMENTO CONJUNTO DOS AGRAVOS DE INSTRUMENTO  
DE INTERESSES CONTRÁRIOS, PORTANTO, IMPENDE NÃO SÓ  
MANTER A DECISÃO RECORRIDA, MAS TAMBÉM ESTENDER OS  
SEUS EFEITOS, PARA ABRANGER OS DESCONTOS  
CONTRATUAIS MENSAIS LANÇADOS A DÉBITO NA  
CONTACORRENTE DO AUTOR-AGRAVANTE A 30% DA SUA  
REMUNERAÇÃO **LÍQUIDA**. PRECEDENTES DO STJ E DO TJRS.  
6. A MULTA ARBITRADA NA ORIGEM É ADEQUADA E ATENDE À  
SUA FINALIDADE PROCESSUAL PREVENTIVA, SENDO  
DESCABIDA A SUA MAJORAÇÃO. NO CASO CONCRETO, OS  
SEUS EFEITOS TAMBÉM VÃO ESTENDIDOS AOS  
LANÇAMENTOS CONTRATUAIS MENSAIS A DÉBITO EM CONTA-  
CORRENTE. 7. RECURSO PROVIDO EM PARTE. M/AI 3.934 - S  
22.10.2021 – P 37.(Agravado de Instrumento, Nº  
51630265020218217000, Décima Primeira Câmara Cível, Tribunal de  
Justiça do RS, Relator: Aymoré Roque Pottes de Mello, Julgado em:  
22-10-2021)

AGRAVO DE INSTRUMENTO. NEGÓCIOS JURÍDICOS  
BANCÁRIOS. AÇÃO ORDINÁRIA. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA.  
LIMITAÇÃO DE DESCONTOS EM CONTA CORRENTE. O STJ  
firmou entendimento (RESP Nº 1.169.334/RS), de que os descontos  
relativos a empréstimos efetuados na folha de pagamento e conta  
corrente do servidor público não podem ultrapassar 30% dos seus  
rendimentos brutos, justamente com o objetivo de evitar o  
endividamento desenfreado e garantir o mínimo existencial à parte  
para o seu sustento e de sua família. No caso, o desconto realizado  
pelo banco réu relativo ao empréstimo consignado e debitado em conta  
corrente ultrapassa a margem consignável de 30% sobre o benefício  
previdenciário da autora, de modo que se impõe a pretendida  
limitação. Modificação da decisão agravada para conceder a  
antecipação da tutela. DERAM PROVIMENTO AO AGRAVO DE  
INSTRUMENTO. UNÂNIME. (Agravado de Instrumento Nº  
70073183600, Vigésima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS,  
Relator: Walda Maria Melo Pierro, Julgado em 31/05/2017)

**Em vista disso, com base no art. 300, do NCPC, DEFIRO  
parcialmente a tutela de urgência a fim de determinar que a ré limite  
os descontos relativos a todos os empréstimos consignados em folha**

**de pagamento ou conta corrente, descritos na prefacial, dentro do limite total de 35% da renda líquida da parte demandante.**

**Quanto às dívidas atinentes ao cartão de crédito, o deverá ser respeitado o limite legal de 5% de consignação sobre a renda líquida.**

Outrossim, que a(s) demandada(s) se abstenha(m) de incluir a parte autora nos cadastros restritivos de crédito ou emitir títulos para fins de protesto, enquanto pendente a lide, sob pena de multa diária pelo descumprimento da determinação judicial no valor de 1 (um) salário mínimo por dia, até o limite de 20 salários mínimos.

Ainda, ficam intimadas as requeridas a juntar aos autos cópia dos contratos firmados entre as partes, caso ainda não o tenham feito, em face da inversão do ônus da prova em favor da parte autora que, desde já determino, uma vez verossímeis as alegações daquela, bem como o disposto no artigo 6º, inciso VIII, do CDC.

#### DA FASE CONCILIATÓRIA:

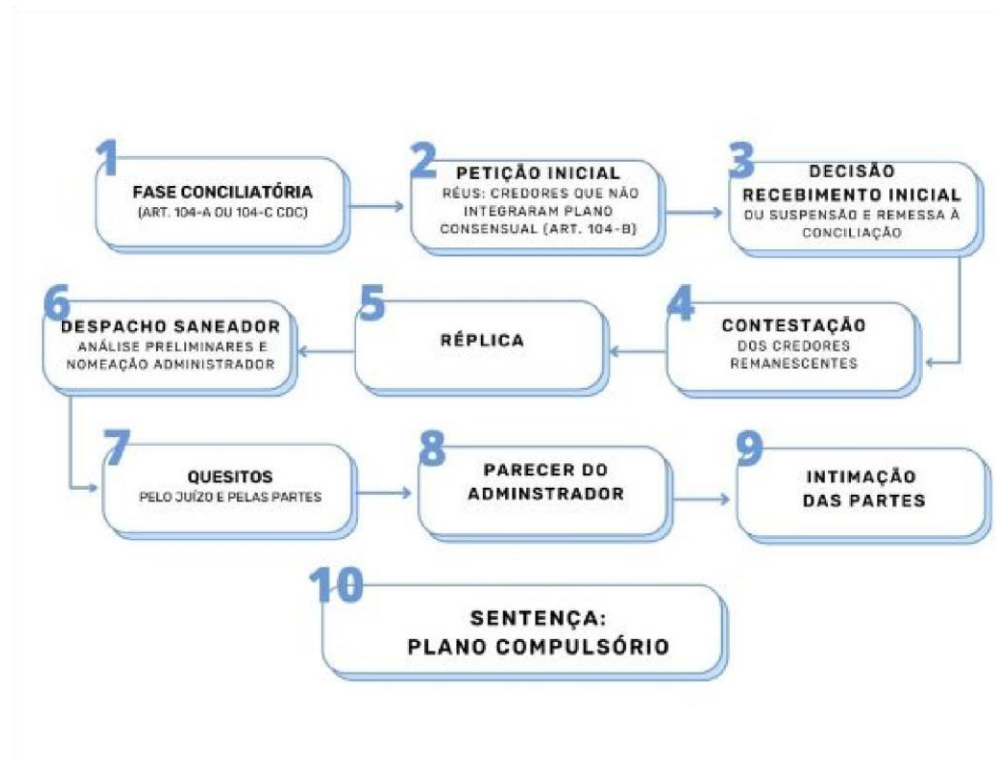
Por fim, tendo em vista que a fase conciliatória não ocorreu anteriormente ao ajuizamento da ação, SUSPENDO o feito, após o cumprimento da tutela de urgência deferida, para determinar a remessa dos autos ao CEJUSC POA, determinando seja aprazada audiência de conciliação, porquanto fase obrigatória da Lei 14.181/21, artigo 104-A.

Intimem-se.

Citem-se, registrando que o prazo para contestar iniciará após audiência de conciliação, em caso de ausência de entendimento entre as partes.

Esta decisão vale como ofício, que deverá ser encaminhado pela parte autora.

Diligências legais.



Documento assinado eletronicamente por **KAREN RICK DANILEVICZ BERTONCELLO**, em 13/4/2022, às 17:31:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://eproc1g.tjrs.jus.br/eproc/externo\\_controlador.php?acao=consulta\\_autenticidade\\_documentos](https://eproc1g.tjrs.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos), informando o código verificador **10017741929v5** e o código CRC **8c30d81d**.

5056111-85.2022.8.21.0001

10017741929 .V5